



# Município de Constância

## **Câmara Municipal**

### **Ata n.º 20/2014**

Data da Reunião Ordinária – 11 de setembro de 2014

Início da Reunião 15.00 horas

Termo da Reunião 17.30 horas

▪ **Membros da Câmara Municipal que compareceram à Reunião:**

Presidente: Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim

Vereadores: António Luís Fernandes Mendes

Daniel Freire da Encarnação Martins

Natércio Francisco Canelhas Candeias

Arsénio de Oliveira Cristóvão

▪ **Responsável pela elaboração da Ata:**

Nome: Ana Silvério

Cargo: Coordenadora Técnica



# CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 20/2014 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 11-09-2014

No uso da competência que me é conferida e dando cumprimento ao estipulado no artigo 53.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, A ORDEM DO DIA da reunião ordinária da Câmara Municipal, a realizar no dia 11 de setembro de 2014, com início pelas 15.00 horas, é a seguinte: -----

## 1. EXPEDIENTE -----

1.1 - Núcleo de Tramitação de Processos e Apoio Administrativo - Relação de Despachos - Mês de Agosto/2014 -----

1.2 - Comissão de Utentes da Saúde do Médio Tejo - Convite para Fórum sobre o presente e o futuro da Prestação de Cuidados de Saúde no Distrito de Santarém (2.2.15.2) -----

1.3 - 12.ª Alteração ao Orçamento/2014 -----

1.4 - 13.ª Alteração ao Orçamento/2014 -----

## 2. BALANCETE E PAGAMENTOS -----

2.1 - Balancete -----

2.2 - Pagamentos -----

## 3. OBRAS MUNICIPAIS E FORNECIMENTOS -----

3.1 - Empreitada "Rede de Esgotos do Concelho - Poço de Bombagem com Conduta Elevatória" - Auto de Receção Provisória -----

## 4. OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE -----

4.1 - Biblioteca Municipal Alexandre O'Neill - Oferta de Documentos -----

4.2 - Taxas referentes ao Imposto Municipal sobre Imóveis, com referência a 2014 para vigorarem em 2015, previstas nas alínea b) e c) do art. 112.º do Decreto-Lei n.º 287/2013, de 12 de Novembro, na sua redação atual -----

4.3 - Percentagem de Participação Variável de IRS a aplicar em 2015, nos termos e em conformidade com a alínea c) do n.º 1 do art. 25.º e n.º 2 do art. 26.º, ambos da Lei n.º 73/2013, de 12 de setembro -----

4.4 - Lançamento de Derrama sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC, relativamente ao rendimento gerado na área do Município, com referência a 2014 e a aplicar em 2015, de acordo com o previsto na alínea b) do art. 14.º bem como art. 18.º da Lei n.º 73/2013, de 12 de setembro -----

4.5 - Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP), prevista na Lei n.º 5/2001, de 10 de Fevereiro - Percentagem a aplicar no ano de 2015 -----

4.6 - Parecer Prévio Vinculativo - Prestação de Serviços e Auditoria Externa e Certificação Legal de Contas -----



## CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 20/2014 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 11-09-2014

4.7 - Contratação de Prestação de Serviços de "Auditoria Externa e Certificação Legal de Contas" - Proposta de nomeação de Revisor Oficial de Contas -----

4.8 - Centro Escolar de Montalvo - Pedido de autorização prévia para desenvolvimento de procedimento com vista à contração de empréstimo de médio e longo prazo e de confirmação da autorização para a realização do investimento -----

4.9 - José Moreira Araújo - Cedência de Espaço -----

4.10 - Conselho Económico da Paróquia de Santa Margarida - Pedido de Cedência das Instalações do Centro Escolar de Santa Margarida - Almoço de Homenagem ao Sr. Padre Ilídio Mendonça - Ratificação (7.2.8) -----

4.11 - Agrupamento de Escolas de Constância - Pedido de cedência do Centro Náutico (7.2.8) -----

**5. PERÍODO RESERVADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----**

**6. APROVAÇÃO EM MINUTA -----**

**7. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO -----**

Constância, 11 de setembro de 2014

A PRESIDENTE DA CÂMARA,

  
(Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim)







## CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 20/2014 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 11-09-2014

Aos onze dias do mês de setembro do ano de dois mil e catorze nesta Vila de Constância, no edifício dos Paços do Município e Sala de Sessões, reuniu a Câmara Municipal de Constância, sob a presidência da Excelentíssima Senhora Presidente, Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, achando-se igualmente presentes, os Vereadores Senhores: António Luís Fernandes Mendes, Daniel Freire da Encarnação Martins, Natércio Francisco Canelhas Candeias e Arsénio de Oliveira Cristóvão. -----

Estiveram também presentes na reunião: Ana Silvério, Coordenadora Técnica; Jorge Heitor, Chefe da Divisão Municipal de Serviços Técnicos. -----

Verificando-se quórum, a Senhora Presidente declarou aberta a reunião, eram quinze horas. -

**Aprovação das atas das reuniões anteriores:** - Foram presentes as atas das reuniões realizadas nos dias 03.07.2014, 17.07.2014, 31.07.2014, 14.08.2014 e 28.08.2014, cuja leitura foi dispensada, nos termos do número quatro do Decreto-Lei número quarenta e cinco mil trezentos e sessenta e dois, de vinte e um de novembro de mil novecentos e sessenta e três, tendo a ata realizada no dia 17.07.2014, sido aprovada por maioria com duas abstenções dos Senhores Vereadores Arsénio de Oliveira Cristóvão e Natércio Francisco Canelhas Candeias, as atas realizadas nos dias 03.07.2014, 31.07.2014 e 14.08.2014, aprovadas por unanimidade e a ata realizada no dia 28.08.2014, aprovado por maioria com uma abstenção da Senhora Presidente da Câmara Municipal, e consideradas conforme as minutas previamente elaboradas. -----

### ANTES DA ORDEM DO DIA

*Questões colocadas pelo Senhor Vereador António Luís Mendes Fernandes, do Partido Socialista:* “1 - Tenho verificado que a recolha do cartão existente nos ecopontos não é feita regularmente, estando os mesmos a transbordar, e com o risco de ficarem molhados e deteriorados pela chuva. -----

Deveríamos sensibilizar a entidade que faz a recolha deste material, para fazê-lo mais vezes, de forma, a que, os munícipes sintam que o seu esforço na reciclagem de lixo não é em vão.

2 – Verifiquei que junto ao estabelecimento “Pezinhos no Rio”, foi construída uma plataforma em madeira de acesso ao Rio Tejo. Este equipamento é da Câmara Municipal ou do domínio privado? Não me apercebi de este assunto ter ido a reunião de Câmara”.-----

*Intervenção da Senhora Presidente:* “ Trata-se de um projeto de interesse turístico, inserido numa candidatura aprovada pelo PRODER através da TAGUS, sob a responsabilidade do respetivo concessionário. Foi aprovado pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA), tendo sido emitido o título de recursos hídricos por aquela entidade”.-----

*Questões colocadas pelo Senhor Vereador Natércio Francisco Canelhas Candeias, do*





## CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 20/2014 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 11-09-2014

*Partido Socialista:* “1 – Na reunião anterior levantei a questão da Associação Humanitária de Montalvo, e continuo preocupado. Há um projeto aprovado pela Tagus para execução, sendo que a direção está demissionária. Não me recordo que tenha vindo à reunião do Executivo a comparticipação da Câmara neste projeto.-----

É importante perceber se há estudo de viabilidade, se há algo de novo em relação a tudo isto. Até que ponto a Câmara está informada sobre todo este processo? Que resposta social para o Concelho? -----

2 – Lar de Santa Margarida – Estava previsto que a sua inauguração tivesse sido em maio, estamos em setembro e ainda não está em funcionamento. A Câmara Municipal sabe para quando a sua abertura? -----

3 – Tenho conhecimento que alguns caçadores do nosso Concelho não estão satisfeitos com os critérios de sorteio das caçadas. Não poderão esses critérios ser alterados?”. -----

*Intervenção da Senhora Presidente:* “ Ponto 1 – Em relação à Associação Humanitária de Montalvo tenho mantido contactos com o senhor presidente da Assembleia Geral que está a desenvolver os procedimentos referentes à eleição dos corpos sociais pelo facto da direção estar demissionária. No respeitante ao projeto de construção sei que em novembro de 2013 deu-se início a mais uma reformulação do projeto, desta vez para um Centro de Convívio para idosos e ainda para a valência de Apoio Domiciliário e apresentada à Tagus a proposta de alteração. Na reunião em que participou também a Segurança Social foi também a associação informada de que não haveria a possibilidade de acordos para as referidas valências. O projeto de arquitetura já foi aprovado, aguardando-se a entrega dos projetos de especialidades”.-----

*Intervenção do Chefe da Divisão Municipal de Serviços Técnicos:* “Ponto 1 - Foi aprovado o projeto de arquitetura com pareceres, respetivamente da Autoridade Nacional de Proteção Civil relativamente ao projeto de segurança contra incêndio em edifícios, Autoridade de Saúde e Segurança Social.-----

Aguarda-se a entrega dos projetos das especialidades cujo prazo de entrega termina no próximo mês de Novembro, tendo sido enviado ofício a 25/05/2014 à direção da Associação e é igualmente já do conhecimento do projetista. Na sequência de reunião no início do presente ano com o projetista foi pedido que fossem reformuladas as medições e orçamento do projeto de execução, retirando alguns equipamentos, designadamente climatização, de entre outros, para baixar o valor da obra para valores inferiores a 150.000 €, de forma a ser possível ao abrigo do CCP efetuar um procedimento mais célere através de ajuste direto com convite a três empresas.-----



# CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 20/2014 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 11-09-2014

Ponto 2 - O procedimento de concurso para o mobiliário foi adjudicado e como não foram entregues os documentos de habilitação, a adjudicação caducou, o que obrigou a um novo procedimento por ajuste direto com convite a uma única empresa, situação que originou o atraso que se verifica. Igualmente aguarda-se a certificação da CERTIEL e outras, como a vistoria da ANPC".-----

*Intervenção do Senhor Vereador Arsénio de Oliveira Cristóvão, da CDU:* "Ponto 3 – Os critérios de sorteio das caçadas foram aprovados pelos caçadores em Assembleia do Conselho Cinegético Municipal, de acordo com as normas legais".-----

Em seguida, passou-se à discussão e análise dos assuntos incluídos na Ordem de Trabalhos, cuja cópia fica a fazer parte integrante da presente ata, tendo sido tomadas as seguintes deliberações: -----

## ORDEM DO DIA

### 1. EXPEDIENTE

#### 1.1 - NÚCLEO DE TRAMITAÇÃO DE PROCESSOS E APOIO ADMINISTRATIVO

- RELAÇÃO DE DESPACHOS - MÊS DE AGOSTO/2014: Foi presente relação de todos os despachos exarados pela Sr.ª Presidente, sobre todos os processos de operações urbanísticas particulares, e ainda das licenças, autorizações e comunicações prévias emitidas no decorrer do passado mês de agosto. -----

1.2 - COMISSÃO DE UTENTES DA SAÚDE DO MÉDIO TEJO: E-mail datado de 26 de agosto de 2014, enviando convite para participar na sessão em Tomar, nas Instalações da Biblioteca Municipal, no dia 20 de setembro, das 14.30 às 19 horas, para o Fórum sobre o presente e o futuro da prestação de cuidados de saúde no Distrito de Santarém. -----

1.3 - 12.ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO/2014: Foi presente 12.ª Alteração ao Orçamento para 2014. -----

1.4 - 13.ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO/2014: Foi presente 13.ª Alteração ao Orçamento para 2014. -----

### 2. BALANCETE E PAGAMENTOS

2.1 – BALANCETE: A Câmara tomou conhecimento dos saldos existentes de harmonia com o Resumo Diário de Tesouraria referente ao dia 10 de setembro de 2014, o qual apresenta os seguintes saldos em euros: -----

**Em Cofre:** € 3.537,60 (três mil quinhentos e trinta e sete euros e sessenta cêntimos);

**Instituições de Crédito:** € 506.640,43 (quinhentos e seis mil seiscientos e quarenta euros e quarenta e três cêntimos); **Aplicações de Tesouraria:** € 4.533,50 (quatro mil quinhentos e

trinta e três euros e cinquenta cêntimos); **Soma:** € 517.709,73 (quinhentos e dezassete mil





# CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 20/2014 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 11-09-2014

setecentos e nove euros e setenta e três centimos); Em Documentos: € 13.353,11 (treze mil trezentos e cinquenta e três euros e onze centimos); TOTAL: € 531.062,84 (quinhentos e trinta e um mil sessenta e dois euros e oitenta e quatro centimos); **Discriminação do Saldo em Dinheiro: - Receitas Próprias: € 386.620,10** (trezentos e oitenta e seis mil seiscentos e vinte euros e dez centimos); **- Operações de Tesouraria: € 131.089,63** (cento e trinta e um mil oitenta e nove euros e sessenta e três centimos). -----

## 2.2 – PAGAMENTOS -----

Dando cumprimento ao preceituado no n.º 3, do art.º 65 da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações posteriormente introduzidas, foi presente a relação de todos os pagamentos efetuados e autorizados no período 25/08/2014 a 05/09/2014, na importância global de € 148.873,99 (cento e quarenta e oito mil oitocentos e setenta e três euros e noventa e nove centimos). -----

## -----3. OBRAS MUNICIPAIS E FORNECIMENTOS-----

### 3.1 - EMPREITADA "REDE DE ESGOTOS DO CONCELHO - POÇO DE BOMBAGEM COM CONDUTA ELEVATÓRIA" - AUTO DE RECEÇÃO PROVISÓRIA -----

INFORMAÇÃO DA DMST: “Em referência ao assunto designado em epígrafe, embora a legislação atualmente em vigor, Código de Contratos Públicos, definido pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, adiante designado por CCP, não seja clara quanto à necessidade ou não do Executivo Camarário ter que deliberar sobre o auto de receção provisória duma empreitada, sugere-se que o mesmo seja aprovado mediante deliberação do Executivo Camarário, uma vez que é sempre referido no citado diploma legal, a designação de dono de obra, muito embora o auto de vistoria, à semelhança dos respetivos autos de medição mensais, possa ser feito e assinado por um representante do mesmo. -----

Em função do exposto, propõe-se que o *auto de receção provisória* da empreitada supra citada e que se anexa, elaborado nos termos dos artigos 394º e 395º do CCP, seja submetido à aprovação do Executivo Camarário, nos termos e condições que estão devidamente identificadas no seu conteúdo. -----

Mais se informa que, serão aplicados à vistoria e ao auto de receção provisória, os preceitos que regulam a receção definitiva da respetiva empreitada, sendo iniciado o prazo de garantia da mesma a partir da data do presente auto, de acordo com o estipulado no n.º1 dos artigos 397 e 398º do CCP, legislação em vigor na data da abertura do procedimento por ajuste direto, nos termos da alínea a) do artigo 19 do CCP, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de outubro.” -----



## CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 20/2014 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 11-09-2014

AUTO DE VISTORIA E RECEÇÃO PROVISÓRIA: “Aos onze (11) dias de agosto de dois mil e catorze compareceram na obra acima mencionada por parte do MUNICÍPIO DE CONSTÂNCIA, o Sr. Eng.º Jorge Manuel Monteiro Marques Heitor e o Sr. Eng.º Luís Paulo Balau Lopes Mendes representante da firma Diamantino Jorge & Filho, Lda, adjudicatário da citada obra conforme consta do respetivo contrato celebrado entre esta Câmara Municipal e o empreiteiro, a fim de se proceder à vistoria para efeitos de receção dos trabalhos efetuados. -----

E tendo-se procedido à vistoria verificou-se que: -----

**Primeiro:** - Todos os trabalhos executados estavam conforme as regras de arte e prescrições técnicas aplicáveis; -----

**Segundo:** - Que todos os trabalhos previstos no Mapa de Trabalhos que serviu de base à adjudicação da presente empreitada, estavam executados; -----

**Terceiro:** - Nenhuma observação havendo fazer-se e tendo-se constatado que tudo se encontrava conforme as prescrições técnicas regulamentares que presidiam à presente empreitada, se lavrou o presente Auto de Vistoria e Receção Provisória, que, depois de lido em voz alta, foi julgado conforme e vai ser assinado.” -----

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o Auto de Vistoria e a Receção Provisória. --

### -----4. OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE-----

#### **4.1 - BIBLIOTECA MUNICIPAL ALEXANDRE O'NEILL - OFERTA DE DOCUMENTOS** -----

INFORMAÇÃO: “Cumprir informar que foi ofertado, pelo Senhor Nesso Maria Rabaço, leitor n.º 01599, à Biblioteca Municipal Alexandre O'Neill conjunto de publicações monográficas, constituída por 43 documentos (listagem em anexo). -----

Considerando os imperativos legais definidos na alínea j) do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, que estabelece o quadro de competências, assim como o regime jurídico de funcionamento, dos órgãos dos municípios e das freguesias, cumprir informar que é competência da Câmara Municipal “aceitar doações, legados e heranças a benefício de inventário”. -----

Posto isto propõem-se, salvo melhor opinião em contrário, que o assunto possa ser reencaminhado para Reunião do Órgão Executivo, com vista a que a Câmara Municipal possa deliberar, favoravelmente, a aceitação da oferta, pois da mesma não decorrem quaisquer encargos financeiros. Mais se acrescenta que considerando o teor documental ofertado, o mesmo é uma mais-valia para o enriquecimento da coleção da Biblioteca Municipal Alexandre O'Neill. -----





# CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 20/2014 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 11-09-2014

A ser deliberada, favoravelmente, a aceitação da oferta, igualmente se propõem, que se possa encaminhar a instrução do processo junto do Serviço de Património da edilidade com o objetivo de acrescentar ao inventário/património da edilidade o conjunto documental identificado, estimando-se um valor de mercado de 150,00 €.” -----

A Câmara deliberou, por unanimidade, aceitar a oferta de documentos. -----

## **4.2 - TAXAS REFERENTES AO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS, COM REFERÊNCIA A 2014 PARA VIGORAREM EM 2015, PREVISTAS NAS ALÍNEA B) E C) DO ART. 112.º DO DECRETO-LEI N.º 287/2013, DE 12 DE NOVEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL** -----

INFORMAÇÃO N.º 16/2014: “O regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, prevê no seu artigo 14.º como receitas do município, entre outras, o produto da cobrança do **imposto municipal sobre imóveis** (alínea a) do referido artigo), bem como o produto da cobrança de **derramas** lançadas nos termos do art. 18.º (alínea b) do referido artigo). -----

A referida lei prevê, ainda, no âmbito da repartição de recursos públicos entre o Estado e os municípios, que o município receba uma **participação variável de 5% no IRS**, determinada nos termos do art. 26.º, dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, calculada sobre a respetiva coleta líquida das deduções previstas no n.º 1 do art. 78.º do Código do IRS. -----

Para além destas taxas, a Lei n.º 5/2004, de 10 de Fevereiro, que estabelece o regime jurídico aplicável às redes de comunicações eletrónicas e aos recursos e serviços conexos e define as competências da autoridade reguladora nacional neste domínio, prevê a possibilidade do Município cobrar uma **taxa municipal de direitos de passagem (TMDP)**, numa percentagem não superior a 0.25% sobre cada fatura emitida pelas empresas. -----

A competência para a aprovação das taxas identificadas é da Assembleia Municipal, conforme previsto nas alíneas b) e d) do art. 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

### **1. Considerações prévias** -----

Na perspetiva de facilitar a tomada de decisão e a fundamentação da mesma, apresenta-se uma breve análise do impacto das receitas enunciadas no orçamento do município, bem como o cálculo do equilíbrio orçamental à data de 31/08/2014. -----

O quadro seguinte demonstra o peso deste tipo de receitas no total da receita corrente. -----



## CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 20/2014 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 11-09-2014

	Valor previsto	Valor executado (31/08/2014)
Imposto municipal sobre imóveis	276.316,00	208.733,39
Derrama	221.086,00	186.533,91
Participação IRS	104.779,00	69.848,00
Taxa municipal de direitos de passagem	1.018,00	637,11
<b>TOTAL</b>	<b>603.199,00</b>	<b>465.752,41</b>

	Valor previsto	Valor executado (31/08/2014)
Total da receita corrente	4.656.721,36	3.052.916,50
Duodécimos correntes	2.945.533,30	1.997.895,64
Total receita corrente - Duodécimos correntes	1.711.188,06	1.055.020,86
Peso na receita corrente corrigida dos duodécimos correntes	35,25%	44,15%

Se ao total da receita corrente retirarmos o valor dos duodécimos do Orçamento de Estado de carácter corrente, conclui-se que o total das receitas em análise corresponde a cerca de 40% da receita corrente. -----

É inequivocamente uma fonte de receita muito importante para o Município de Constância que mantém uma dependência significativa da receita proveniente do orçamento de estado. -- Quanto ao equilíbrio orçamental, a Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, criou uma nova noção de equilíbrio, estipulando no seu art. 40.º que: -----

*“1 – Os orçamentos das entidades do setor local preveem receitas necessárias para cobrir todas as despesas. -----*

*2 – Sem prejuízo do disposto no número anterior, a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.” -----*

Quer isto dizer que as receitas correntes do Município têm de ser suficientes para acomodar as despesas correntes, bem como as amortizações médias dos empréstimos contratados. -----

O cálculo deste equilíbrio, tendo em conta a execução de Junho a Agosto, apresentada no mapa seguinte, demonstra claramente a necessidade do Município cobrar receita corrente, sob pena de colocar em causa o princípio do equilíbrio orçamental. A título exemplificativo, um eventual incumprimento do equilíbrio inibiria o recurso do Município à contração de novos empréstimos bancários. -----





# CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 20/2014 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 11-09-2014

## EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL

Art. 40.º da Lei n.º 73/2013, de 12 de setembro

	Anual (Referência a 31-08-2014)	30-06-2014	31-07-2014	31-08-2014
Despesa total	5.957.533,87	2.301.691,79	2.735.228,04	3.256.644,90
Despesa corrente	4.203.010,35	1.933.537,66	2.320.090,16	2.598.831,05
Despesa de capital	1.754.523,52	368.154,13	415.137,88	657.813,85
Receita Total (Líquida)	5.957.533,87	2.714.007,10	3.171.789,18	3.692.713,11
Receita corrente bruta	4.656.721,36	2.156.451,16	2.569.966,37	3.052.916,50
Receita corrente (Líquida)		2.156.451,16	2.569.966,37	3.052.916,50
Receita de capital (Líquida)	963.566,57	214.531,83	258.798,70	296.772,50
Outras receitas	337.245,94	343.024,11	343.024,11	343.024,11

Equilíbrio Pocal				
	Anual	30-06-2014	31-07-2014	31-08-2014
Receita Total	5.957.533,87	2.714.007,10	3.171.789,18	3.692.713,11
Despesa Total	5.957.533,87	2.301.691,79	2.735.228,04	3.256.644,90
Equilíbrio	-	412.315,31	436.561,14	436.068,21
Desequilíbrio				
Receita Corrente	4.656.721,36	2.156.451,16	2.569.966,37	3.052.916,50
Despesa Capital	1.754.523,52	368.154,13	415.137,88	657.813,85
Equilíbrio	2.902.197,84	1.788.297,03	2.154.828,49	2.395.102,65
Desequilíbrio				

Equilíbrio art. 40.º Lei 73/2013				
	Anual	30-06-2014	31-07-2014	31-08-2014
Receita corrente cobrada bruta	4.656.721,36	2.156.451,16	2.569.966,37	3.052.916,50
Despesa corrente	4.203.010,35	1.933.537,66	2.320.090,16	2.598.831,05
Amortizações médias	316.484,17	316.484,17	316.484,17	316.484,17
Equilíbrio	137.226,84			137.601,28
Desequilíbrio		- 93.570,67	- 66.607,96	



# CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 20/2014 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 11-09-2014

Embora a aferição deste equilíbrio seja efetuado a 31 de Dezembro, a verdade é que não dispõe o Município de uma margem de receita corrente confortável, o que torna inevitável um acompanhamento permanente à execução da receita e da despesa. -----

## 2. Imposto municipal sobre imóveis (IMI) -----

O produto da cobrança do IMI é uma receita municipal, conforme previsto na alínea a) do art. 14.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro. No entanto, não reverte integralmente a favor do município, sendo que o produto da receita incidente sobre prédios rústicos, bem como 1% da receita do IMI sobre prédios urbanos constitui receita das juntas de freguesia (art. 23.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro). -----

A Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro, na sua redação atual, estabeleceu as taxas do IMI nas seguintes percentagens de variação, as quais deverão ser deliberadas para vigorar em 2015 pela Assembleia Municipal: -----

- a) Prédios rústicos – 0,8%; -----
- b) Prédios urbanos – 0,5% a 0,8%; -----
- c) Prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI – 0,3% a 0,5%. -----

No sentido de aferir o impacto da taxa a aplicar no total da receita a arrecadar de IMI, efetuou-se uma projeção da receita tendo como base de cálculo informação disponibilizada no portal das finanças relativa à coleta de 2014. Para o efeito consideraram-se 5 cenários: ---

### Cenário 1 -----

- a) Prédios rústicos – 0,8%; -----
- b) Prédios urbanos – 0,6%; -----
- c) Prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI – 0,30%. -----

### Cenário 2 -----

- a) Prédios rústicos – 0,8%; -----
- b) Prédios urbanos – 0,6%; -----
- c) Prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI – 0,35%. -----

### Cenário 3 -----

- a) Prédios rústicos – 0,8%; -----
- b) Prédios urbanos – 0,6%; -----
- c) Prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI – 0,40%. -----

### Cenário 4 -----

- d) Prédios rústicos – 0,8%; -----
- e) Prédios urbanos – 0,6%; -----
- f) Prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI – 0,45%. -----





# CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 20/2014 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 11-09-2014

## Cenário 5 -----

- a) Prédios rústicos – 0,8%; -----
- b) Prédios urbanos – 0,6%; -----
- c) Prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI – 0,50%. -----

No essencial, e atendendo a que a taxa referente aos prédios rústicos é fixa, considerou-se uma variação no intervalo permitido para a taxa de prédios urbanos avaliados nos termos do IMI (os prédios enquadrados na alínea b) são residuais, uma vez que a maioria se encontra avaliada). -----

Os resultados são os seguintes: -----

### PROJEÇÃO IMI Orçamento de 2015

			CONSTÂNCIA	MONTALVO	SANTA MARGARIDA	TOTAL	DFERENÇA (Taxa "x" - 0,3%)
Cenário 1	Prédios rústicos	0,80%					
	Prédios urbanos	0,60%	96.867,20	105.560,32	82.877,66	285.305,18	
	Prédios urbanos avaliados	0,30%					
	Receita Freguesia		2.049,58	2.889,99	4.015,87	8.955,45	
	Receita Município		94.817,62	102.670,33	78.861,79	276.349,73	

Cenário 2	Prédios rústicos	0,80%					
	Prédios urbanos	0,60%	114.814,54	127.483,06	96.710,47	339.008,07	53.702,89
	Prédios urbanos avaliados	0,35%					
	Receita Freguesia		2.229,14	3.109,02	4.154,16	9.492,32	536,87
	Receita Município		112.585,40	124.374,04	92.556,31	329.515,75	53.166,02

Cenário 3	Prédios rústicos	0,80%					
	Prédios urbanos	0,60%	131.020,32	145.415,56	110.031,67	386.467,56	101.162,38
	Prédios urbanos avaliados	0,40%					
	Receita Freguesia		2.391,19	3.288,35	4.287,37	9.966,92	1.011,47
	Receita Município		128.629,13	142.127,21	105.744,31	376.500,64	100.150,91

Cenário 4	Prédios rústicos	0,80%	147.226,10	163.348,05	123.414,64	433.988,80	148.683,62
	Prédios urbanos	0,60%					



# CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 20/2014 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 11-09-2014

	Prédios urbanos avaliados	0,45%					
	Receita Freguesia		2.553,25	3.467,67	4.421,20	10.442,13	1.486,68
	Receita Município		144.672,85	159.880,38	118.993,44	423.546,66	147.196,93

Cenário 5	Prédios rústicos	0,80%					
	Prédios urbanos	0,60%	163.431,88	181.280,55	136.728,13	481.440,56	196.135,38
	Prédios urbanos avaliados	0,50%					
	Receita Freguesia		2.715,31	3.647,00	4.554,34	10.916,65	1.961,20
	Receita Município		160.716,58	177.633,55	132.173,79	470.523,92	194.174,19

## Derrama

Atendendo ao disposto no art. 14.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, o produto da cobrança de derramas lançadas nos termos do art. 18.º constitui uma receita municipal.

O supracitado art. 18.º estipula, no seu n.º 1, o seguinte: -----

“Os municípios podem deliberar lançar anualmente uma derrama, até ao limite máximo de 1,5%, sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento de pessoas coletivas (IRC), que corresponda à proporção do rendimento gerado na sua área geográfica por sujeitos passivos residentes em território português que exerçam, a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e não residentes com estabelecimento estável nesse território.” -----

A título informativo, em 2013 foi deliberada a taxa de derrama de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento, o que correspondeu a uma cobrança deste imposto na ordem dos 185.000,00€. -----

## 3. Imposto sobre o rendimento de pessoas singulares (IRS)

Nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 25.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, conjugado com art. 26.º da mesma Lei, o município tem direito, em cada ano, a uma participação variável até 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior. -----

Nos termos dos n.ºs 2 e 3 do art. 26.º da referida Lei, a participação referida depende da deliberação sobre a percentagem de IRS pretendida pelo município, a qual deverá ser comunicada à Autoridade Tributária até 31 de dezembro do ano a que respeitam os rendimentos. -----

Para 2014, foi aprovada a participação variável máxima, o que equivale a uma receita mensal via transferência do Orçamento de Estado de 8.731,00€, perfazendo um valor anual na ordem dos 105.000,00€. -----





## CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 20/2014 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 11-09-2014

### 4. Taxa municipal de direitos de passagem (TMDP) -----

Nos termos do n.º 2 do art. 106.º da Lei n.º 5/2004, de 10 de Fevereiro, “os direitos e encargos relativos à implantação, passagem e atravessamento de sistemas, equipamentos e demais recursos das empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, dos domínios público e privado municipal podem dar origem ao estabelecimento de uma taxa municipal de direitos de passagem – TMDP -, a qual obedece, sumariamente, aos seguintes princípios: -----

- a) É determinada com base na aplicação de um percentual sobre cada fatura emitida pelas empresas que detêm esse tipo de serviço; -----
- b) O percentual referido na alínea anterior é aprovado anualmente por cada município até ao fim do mês de Dezembro do ano anterior a que se destina a sua vigência e não pode ultrapassar os 0,25%. -----

Para o ano de 2014 foi fixada uma taxa de 0.25%, o que correspondeu a uma execução de receita de 637,11€, considerando o período de 01/01/2014 a 31/08/2014.” -----

**PROPOSTA DA SENHORA PRESIDENTE DA CÂMARA: “TAXAS REFERENTES AO IMI – IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS, PARA VIGORAREM NO ANO DE 2015:** O produto de cobrança do IMI é uma receita municipal, conforme previsto na alínea a) do art. 14º da lei nº73/2013, de 3 de setembro. No entanto, não reverte integralmente a favor do município, sendo que o produto da receita incidente sobre prédios rústicos, bem como 1% da receita do IMI sobre prédios urbanos constitui receita das Juntas de Freguesia (art. 23º da Lei nº73/2013, de 3 de setembro).-----

A Lei nº 287/2013, de 12 de novembro, na sua redação atual, estabeleceu as taxas do IMI nas seguintes percentagens de variação, as quais deverão ser deliberadas para vigorar em 2015, pela Assembleia Municipal:-----

- a) Prédios rústicos – 0,8%;-----
- b) Prédios urbanos – 0,5% a 0,8%-----
- c) Prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI – 0,3% a 0,5%-----

Assim, e considerando:-----

- que por força das medidas tomadas em desfavor da Administração Local, designadamente cortes nas transferências para as Autarquias, a redução de receita e aumento da despesa corrente devido, entre outros fatores, ao aumento do IVA;-----

-a diminuição da receita própria por via do Imposto municipal sobre transmissões onerosas imóveis;-----



## CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 20/2014 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 11-09-2014

- a aplicação da nova Lei das Finanças Locais com novas implicações no cálculo do endividamento do município e a necessidade de cumprimento do equilíbrio orçamental;-----
- a diminuição da Receita por via da aplicação da Lei 73/2013 de 25 de Agosto que cria o Fundo de Apoio Municipal (FAM);-----
- a necessidade de cumprir o equilíbrio orçamental;-----
- a necessidade de efetuar um empréstimo para fazer face à parte não comparticipada pelo QREN referente ao Centro Escolar de Montalvo;-----
- o conteúdo da informação técnica nº16/2014, da Divisão Municipal Administrativa e Financeira, sobre a situação financeira da Autarquia.-----

A Câmara Municipal deveria para o efeito socorrer-se do IMI, propondo a percentagem máxima prevista pela Lei.-----

Contudo, atendendo à situação económica das famílias que por força das políticas de austeridade desenvolvidas nos últimos anos pelo Governo Central veem os seus rendimentos diminuírem com as consequências negativas que daí advêm bem como os considerandos acima mencionados, **PROPÕE-SE** que as taxas referentes ao Imposto Municipal Sobre Imóveis, para vigorarem no ano de 2015, sejam fixadas nos seguintes valores:-----

- Prédios urbanos – 0,6% (zero vírgula seis por cento);-----
- Prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI – 0,4% (zero vírgula quatro por cento).”-----

A Câmara deliberou, por maioria, aprovar a proposta, com 3 votos a favor e 2 votos contra dos Vereadores do Partido Socialista. -----

Declaração de Voto do Vereadores do PS: “Os Vereadores do PS discordam com o aumento do IMI dos prédios urbanos avaliados de 0,3% para 0,4%, por entenderem que no momento atual, embora compreendam as dificuldades financeiras do Município, os munícipes não merecem ver os seus Imóveis a desvalorizar e o imposto sobre o mesmo a subir, votando contra este aumento do IMI. -----

### **4.3 - PERCENTAGEM DE PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL DE IRS A APLICAR EM 2015, NOS TERMOS E EM CONFORMIDADE COM A ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ART. 25.º E N.º 2 DO ART. 26.º, AMBOS DA LEI N.º 73/2013, DE 12 DE SETEMBRO**

INFORMAÇÃO N.º 16/2014: “O regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, prevê no seu artigo 14.º como receitas do município, entre outras, o produto da cobrança do **imposto municipal sobre imóveis** (alínea a) do referido artigo), bem como o produto da cobrança de **derramas** lançadas nos termos do art. 18.º (alínea b) do referido artigo). -----





## CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 20/2014 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 11-09-2014

A referida lei prevê, ainda, no âmbito da repartição de recursos públicos entre o Estado e os municípios, que o município receba uma **participação variável de 5% no IRS**, determinada nos termos do art. 26.º, dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, calculada sobre a respetiva coleta líquida das deduções previstas no n.º 1 do art. 78.º do Código do IRS. -----

Para além destas taxas, a Lei n.º 5/2004, de 10 de Fevereiro, que estabelece o regime jurídico aplicável às redes de comunicações eletrónicas e aos recursos e serviços conexos e define as competências da autoridade reguladora nacional neste domínio, prevê a possibilidade do Município cobrar uma **taxa municipal de direitos de passagem (TMDP)**, numa percentagem não superior a 0.25% sobre cada fatura emitida pelas empresas. -----

A competência para a aprovação das taxas identificadas é da Assembleia Municipal, conforme previsto nas alíneas b) e d) do art. 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

### 5. Considerações prévias -----

Na perspetiva de facilitar a tomada de decisão e a fundamentação da mesma, apresenta-se uma breve análise do impacto das receitas enunciadas no orçamento do município, bem como o cálculo do equilíbrio orçamental à data de 31/08/2014. -----

O quadro seguinte demonstra o peso deste tipo de receitas no total da receita corrente. -----

	Valor previsto	Valor executado (31/08/2014)
Imposto municipal sobre imóveis	276.316,00	208.733,39
Derrama	221.086,00	186.533,91
Participação IRS	104.779,00	69.848,00
Taxa municipal de direitos de passagem	1.018,00	637,11
<b>TOTAL</b>	<b>603.199,00</b>	<b>465.752,41</b>
	Valor previsto	Valor executado (31/08/2014)
Total da receita corrente	4.656.721,36	3.052.916,50
Duodécimos correntes	2.945.533,30	1.997.895,64
Total receita corrente - Duodécimos correntes	1.711.188,06	1.055.020,86
<b>Peso na receita corrente corrigida dos duodécimos correntes</b>	<b>35,25%</b>	<b>44,15%</b>



## CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 20/2014 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 11-09-2014

Se ao total da receita corrente retirarmos o valor dos duodécimos do Orçamento de Estado de carácter corrente, conclui-se que o total das receitas em análise corresponde a cerca de 40% da receita corrente. -----

É inequivocamente uma fonte de receita muito importante para o Município de Constância que mantém uma dependência significativa da receita proveniente do orçamento de estado. --

Quanto ao equilíbrio orçamental, a Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, criou uma nova noção de equilíbrio, estipulando no seu art. 40.º que: -----

*“1 – Os orçamentos das entidades do setor local preveem receitas necessárias para cobrir todas as despesas. -----*

*2 – Sem prejuízo do disposto no número anterior, a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.” -----*

Quer isto dizer que as receitas correntes do Município têm de ser suficientes para acomodar as despesas correntes, bem como as amortizações médias dos empréstimos contratados. -----

O cálculo deste equilíbrio, tendo em conta a execução de Junho a Agosto, apresentada no mapa seguinte, demonstra claramente a necessidade do Município cobrar receita corrente, sob pena de colocar em causa o princípio do equilíbrio orçamental. A título exemplificativo, um eventual incumprimento do equilíbrio inibiria o recurso do Município à contração de novos empréstimos bancários. -----

### EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL Art. 40.º da Lei n.º 73/2013, de 12 de setembro

	Anual (Referência a 31-08-2014)	30-06-2014	31-07-2014	31-08-2014
Despesa total	5.957.533,87	2.301.691,79	2.735.228,04	3.256.644,90
Despesa corrente	4.203.010,35	1.933.537,66	2.320.090,16	2.598.831,05
Despesa de capital	1.754.523,52	368.154,13	415.137,88	657.813,85
Receita Total (Líquida)	5.957.533,87	2.714.007,10	3.171.789,18	3.692.713,11
Receita corrente bruta	4.656.721,36	2.156.451,16	2.569.966,37	3.052.916,50
Receita corrente (Líquida)		2.156.451,16	2.569.966,37	3.052.916,50
Receita de capital (Líquida)	963.566,57	214.531,83	258.798,70	296.772,50
Outras receitas	337.245,94	343.024,11	343.024,11	343.024,11





# CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 20/2014 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 11-09-2014

Equilíbrio Pocal				
	Anual	30-06-2014	31-07-2014	31-08-2014
Receita Total	5.957.533,87	2.714.007,10	3.171.789,18	3.692.713,11
Despesa Total	5.957.533,87	2.301.691,79	2.735.228,04	3.256.644,90
<b>Equilíbrio</b>	-	<b>412.315,31</b>	<b>436.561,14</b>	<b>436.068,21</b>
<b>Desequilíbrio</b>				
Receita Corrente	4.656.721,36	2.156.451,16	2.569.966,37	3.052.916,50
Despesa Capital	1.754.523,52	368.154,13	415.137,88	657.813,85
<b>Equilíbrio</b>	<b>2.902.197,84</b>	<b>1.788.297,03</b>	<b>2.154.828,49</b>	<b>2.395.102,65</b>
<b>Desequilíbrio</b>				

Equilíbrio art. 40.º Lei 73/2013				
	Anual	30-06-2014	31-07-2014	31-08-2014
Receita corrente cobrada bruta	4.656.721,36	2.156.451,16	2.569.966,37	3.052.916,50
Despesa corrente	4.203.010,35	1.933.537,66	2.320.090,16	2.598.831,05
Amortizações médias	316.484,17	316.484,17	316.484,17	316.484,17
<b>Equilíbrio</b>	<b>137.226,84</b>			<b>137.601,28</b>
<b>Desequilíbrio</b>		- 93.570,67	- 66.607,96	

Embora a aferição deste equilíbrio seja efetuado a 31 de Dezembro, a verdade é que não dispõe o Município de uma margem de receita corrente confortável, o que torna inevitável um acompanhamento permanente à execução da receita e da despesa. -----

## 6. Imposto municipal sobre imóveis (IMI) -----

O produto da cobrança do IMI é uma receita municipal, conforme previsto na alínea a) do art. 14.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro. No entanto, não reverte integralmente a favor do município, sendo que o produto da receita incidente sobre prédios rústicos, bem como 1% da receita do IMI sobre prédios urbanos constitui receita das juntas de freguesia (art. 23.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro). -----

A Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro, na sua redação atual, estabeleceu as taxas do IMI nas seguintes percentagens de variação, as quais deverão ser deliberadas para vigorar em 2015 pela Assembleia Municipal: -----

- d) Prédios rústicos – 0,8%; -----
- e) Prédios urbanos – 0,5% a 0,8%; -----
- f) Prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI – 0,3% a 0,5%. -----



# CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 20/2014 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 11-09-2014

No sentido de aferir o impacto da taxa a aplicar no total da receita a arrecadar de IMI, efetuou-se uma projeção da receita tendo como base de cálculo informação disponibilizada no portal das finanças relativa à coleta de 2014. Para o efeito consideraram-se 5 cenários: ----

Cenário 1 -----

- d) Prédios rústicos – 0,8%; -----
- e) Prédios urbanos – 0,6%; -----
- f) Prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI – 0,30%. -----

Cenário 2 -----

- d) Prédios rústicos – 0,8%; -----
- e) Prédios urbanos – 0,6%; -----
- f) Prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI – 0,35%. -----

Cenário 3 -----

- g) Prédios rústicos – 0,8%; -----
- h) Prédios urbanos – 0,6%; -----
- i) Prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI – 0,40%. -----

Cenário 4 -----

- j) Prédios rústicos – 0,8%; -----
- k) Prédios urbanos – 0,6%; -----
- l) Prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI – 0,45%. -----

Cenário 5 -----

- d) Prédios rústicos – 0,8%; -----
- e) Prédios urbanos – 0,6%; -----
- f) Prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI – 0,50%. -----

No essencial, e atendendo a que a taxa referente aos prédios rústicos é fixa, considerou-se uma variação no intervalo permitido para a taxa de prédios urbanos avaliados nos termos do IMI (os prédios enquadrados na alínea b) são residuais, uma vez que a maioria se encontra avaliada). -----

Os resultados são os seguintes: -----

PROJEÇÃO IMI				
Orçamento de 2015				
	CONSTÂNCIA	MONTALVO	SANTA MARGARIDA	TOTAL
				DFERENÇA (Taxa "x" - 0,3%)





# CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 20/2014 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 11-09-2014

Cenário 1	Prédios rústicos	0,80%					
	Prédios urbanos	0,60%	96.867,20	105.560,32	82.877,66	285.305,18	
	Prédios urbanos avaliados	0,30%					
	Receita Freguesia		2.049,58	2.889,99	4.015,87	8.955,45	
	Receita Município		94.817,62	102.670,33	78.861,79	276.349,73	

Cenário 2	Prédios rústicos	0,80%					53.702,89
	Prédios urbanos	0,60%	114.814,54	127.483,06	96.710,47	339.008,07	
	Prédios urbanos avaliados	0,35%					
	Receita Freguesia		2.229,14	3.109,02	4.154,16	9.492,32	536,87
	Receita Município		112.585,40	124.374,04	92.556,31	329.515,75	53.166,02

Cenário 3	Prédios rústicos	0,80%					101.162,38
	Prédios urbanos	0,60%	131.020,32	145.415,56	110.031,67	386.467,56	
	Prédios urbanos avaliados	0,40%					
	Receita Freguesia		2.391,19	3.288,35	4.287,37	9.966,92	1.011,47
	Receita Município		128.629,13	142.127,21	105.744,31	376.500,64	100.150,91

Cenário 4	Prédios rústicos	0,80%					148.683,62
	Prédios urbanos	0,60%	147.226,10	163.348,05	123.414,64	433.988,80	
	Prédios urbanos avaliados	0,45%					
	Receita Freguesia		2.553,25	3.467,67	4.421,20	10.442,13	1.486,68
	Receita Município		144.672,85	159.880,38	118.993,44	423.546,66	147.196,93

Cenário 5	Prédios rústicos	0,80%					196.135,38
	Prédios urbanos	0,60%	163.431,88	181.280,55	136.728,13	481.440,56	
	Prédios urbanos avaliados	0,50%					
	Receita Freguesia		2.715,31	3.647,00	4.554,34	10.916,65	1.961,20
	Receita Município		160.716,58	177.633,55	132.173,79	470.523,92	194.174,19

## Derrama -----

Atendendo ao disposto no art. 14.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, o produto da cobrança de derramas lançadas nos termos do art. 18.º constitui uma receita municipal. -----



## CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 20/2014 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 11-09-2014

O supracitado art. 18.º estipula, no seu n.º 1, o seguinte: -----

“Os municípios podem deliberar lançar anualmente uma derrama, até ao limite máximo de 1,5%, sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento de pessoas coletivas (IRC), que corresponda à proporção do rendimento gerado na sua área geográfica por sujeitos passivos residentes em território português que exerçam, a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e não residentes com estabelecimento estável nesse território.” -----

A título informativo, em 2013 foi deliberada a taxa de derrama de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento, o que correspondeu a uma cobrança deste imposto na ordem dos 185.000,00€. -----

### **7. Imposto sobre o rendimento de pessoas singulares (IRS) -----**

Nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 25.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, conjugado com art. 26.º da mesma Lei, o município tem direito, em cada ano, a uma participação variável até 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior. -----

Nos termos dos n.ºs 2 e 3 do art. 26.º da referida Lei, a participação referida depende da deliberação sobre a percentagem de IRS pretendida pelo município, a qual deverá ser comunicada à Autoridade Tributária até 31 de dezembro do ano a que respeitam os rendimentos. -----

Para 2014, foi aprovada a participação variável máxima, o que equivale a uma receita mensal via transferência do Orçamento de Estado de 8.731,00€, perfazendo um valor anual na ordem dos 105.000,00€. -----

### **8. Taxa municipal de direitos de passagem (TMDP) -----**

Nos termos do n.º 2 do art. 106.º da Lei n.º 5/2004, de 10 de Fevereiro, “os direitos e encargos relativos à implantação, passagem e atravessamento de sistemas, equipamentos e demais recursos das empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, dos domínios público e privado municipal podem dar origem ao estabelecimento de uma taxa municipal de direitos de passagem – TMDP –, a qual obedece, sumariamente, aos seguintes princípios: -----

- c) É determinada com base na aplicação de um percentual sobre cada fatura emitida pelas empresas que detêm esse tipo de serviço; -----
- d) O percentual referido na alínea anterior é aprovado anualmente por cada município até ao fim do mês de Dezembro do ano anterior a que se destina a sua vigência e não pode ultrapassar os 0,25%. -----





## CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 20/2014 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 11-09-2014

Para o ano de 2014 foi fixada uma taxa de 0.25%, o que correspondeu a uma execução de receita de 637,11€, considerando o período de 01/01/2014 a 31/08/2014.” -----

**PROPOSTA DA SENHORA PRESIDENTE DA CÂMARA: “PERCENTAGEM DE PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL DE IRS PRETENDIDA PELO MUNICÍPIO, PARA APLICAR NO ANO DE 2015:** Nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 25.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, conjugado com art. 26.º da mesma Lei, o município tem direito, em cada ano, a uma participação variável até 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior.-----

Nos termos dos n.ºs 2 e 3 do art. 26.º da referida Lei, a participação referida depende da deliberação sobre a percentagem de IRS pretendida pelo município, a qual deverá ser comunicada à Autoridade Tributária até 31 de dezembro do ano a que respeitam os rendimentos.-----

Nestes termos, **PROPÕE-SE** que a percentagem de participação variável de IRS pretendida pelo Município, para aplicar no ano de 2015, seja de 5% (cinco por cento)”.-----

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada. -----

**4.4 - LANÇAMENTO DE DERRAMA SOBRE O LUCRO TRIBUTÁVEL SUJEITO E NÃO ISENTO DE IRC, RELATIVAMENTE AO RENDIMENTO GERADO NA ÁREA DO MUNICÍPIO, COM REFERÊNCIA A 2014 E A APLICAR EM 2015, DE ACORDO COM O PREVISTO NA ALÍNEA B) DO ART. 14.º BEM COMO ART. 18.º DA LEI N.º 73/2013, DE 12 DE SETEMBRO** -----

INFORMAÇÃO N.º 16/2014: “O regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, prevê no seu artigo 14.º como receitas do município, entre outras, o produto da cobrança do **imposto municipal sobre imóveis** (alínea a) do referido artigo), bem como o produto da cobrança de **derramas** lançadas nos termos do art. 18.º (alínea b) do referido artigo). -----

A referida lei prevê, ainda, no âmbito da repartição de recursos públicos entre o Estado e os municípios, que o município receba uma **participação variável de 5% no IRS**, determinada nos termos do art. 26.º, dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, calculada sobre a respetiva coleta líquida das deduções previstas no n.º 1 do art. 78.º do Código do IRS. -----

Para além destas taxas, a Lei n.º 5/2004, de 10 de Fevereiro, que estabelece o regime jurídico aplicável às redes de comunicações eletrónicas e aos recursos e serviços conexos e define as competências da autoridade reguladora nacional neste domínio, prevê a possibilidade do



## CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 20/2014 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 11-09-2014

Município cobrar uma taxa municipal de direitos de passagem (TMDP), numa percentagem não superior a 0.25% sobre cada fatura emitida pelas empresas. -----

A competência para a aprovação das taxas identificadas é da Assembleia Municipal, conforme previsto nas alíneas b) e d) do art. 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. ----

### 9. Considerações prévias -----

Na perspetiva de facilitar a tomada de decisão e a fundamentação da mesma, apresenta-se uma breve análise do impacto das receitas enunciadas no orçamento do município, bem como o cálculo do equilíbrio orçamental à data de 31/08/2014. -----

O quadro seguinte demonstra o peso deste tipo de receitas no total da receita corrente. -----

	Valor previsto	Valor executado (31/08/2014)
Imposto municipal sobre imóveis	276.316,00	208.733,39
Derrama	221.086,00	186.533,91
Participação IRS	104.779,00	69.848,00
Taxa municipal de direitos de passagem	1.018,00	637,11
<b>TOTAL</b>	<b>603.199,00</b>	<b>465.752,41</b>
	Valor previsto	Valor executado (31/08/2014)
Total da receita corrente	4.656.721,36	3.052.916,50
Duodécimos correntes	2.945.533,30	1.997.895,64
Total receita corrente - Duodécimos correntes	1.711.188,06	1.055.020,86
<b>Peso na receita corrente corrigida dos duodécimos correntes</b>	<b>35,25%</b>	<b>44,15%</b>

Se ao total da receita corrente retirarmos o valor dos duodécimos do Orçamento de Estado de carácter corrente, conclui-se que o total das receitas em análise corresponde a cerca de 40% da receita corrente. -----

É inequivocamente uma fonte de receita muito importante para o Município de Constância que mantém uma dependência significativa da receita proveniente do orçamento de estado. --

Quanto ao equilíbrio orçamental, a Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, criou uma nova noção de equilíbrio, estipulando no seu art. 40.º que: -----





# CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 20/2014 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 11-09-2014

“1 – Os orçamentos das entidades do setor local preveem receitas necessárias para cobrir todas as despesas. -----

2 – Sem prejuízo do disposto no número anterior, a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.” -----

Quer isto dizer que as receitas correntes do Município têm de ser suficientes para acomodar as despesas correntes, bem como as amortizações médias dos empréstimos contratados. -----

O cálculo deste equilíbrio, tendo em conta a execução de Junho a Agosto, apresentada no mapa seguinte, demonstra claramente a necessidade do Município cobrar receita corrente, sob pena de colocar em causa o princípio do equilíbrio orçamental. A título exemplificativo, um eventual incumprimento do equilíbrio inibiria o recurso do Município à contração de novos empréstimos bancários. -----

## EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL

Art. 40.º da Lei n.º 73/2013, de 12 de setembro

	Anual (Referência a 31-08-2014)	30-06-2014	31-07-2014	31-08-2014
Despesa total	5.957.533,87	2.301.691,79	2.735.228,04	3.256.644,90
Despesa corrente	4.203.010,35	1.933.537,66	2.320.090,16	2.598.831,05
Despesa de capital	1.754.523,52	368.154,13	415.137,88	657.813,85
Receita Total (Líquida)	5.957.533,87	2.714.007,10	3.171.789,18	3.692.713,11
Receita corrente bruta	4.656.721,36	2.156.451,16	2.569.966,37	3.052.916,50
Receita corrente (Líquida)		2.156.451,16	2.569.966,37	3.052.916,50
Receita de capital (Líquida)	963.566,57	214.531,83	258.798,70	296.772,50
Outras receitas	337.245,94	343.024,11	343.024,11	343.024,11

## Equilíbrio Pocal

	Anual	30-06-2014	31-07-2014	31-08-2014
Receita Total	5.957.533,87	2.714.007,10	3.171.789,18	3.692.713,11
Despesa Total	5.957.533,87	2.301.691,79	2.735.228,04	3.256.644,90
Equilíbrio	-	412.315,31	436.561,14	436.068,21
Desequilíbrio				
Receita Corrente	4.656.721,36	2.156.451,16	2.569.966,37	3.052.916,50
Despesa Capital	1.754.523,52	368.154,13	415.137,88	657.813,85



# CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 20/2014 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 11-09-2014

Equilíbrio	2.902.197,84	1.788.297,03	2.154.828,49	2.395.102,65
Desequilíbrio				

Equilíbrio art. 40.º Lei 73/2013				
	Anual	30-06-2014	31-07-2014	31-08-2014
Receita corrente cobrada bruta	4.656.721,36	2.156.451,16	2.569.966,37	3.052.916,50
Despesa corrente	4.203.010,35	1.933.537,66	2.320.090,16	2.598.831,05
Amortizações médias	316.484,17	316.484,17	316.484,17	316.484,17
Equilíbrio	137.226,84			137.601,28
Desequilíbrio		- 93.570,67	- 66.607,96	

Embora a aferição deste equilíbrio seja efetuado a 31 de Dezembro, a verdade é que não dispõe o Município de uma margem de receita corrente confortável, o que torna inevitável um acompanhamento permanente à execução da receita e da despesa. -----

## 10. Imposto municipal sobre imóveis (IMI) -----

O produto da cobrança do IMI é uma receita municipal, conforme previsto na alínea a) do art. 14.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro. No entanto, não reverte integralmente a favor do município, sendo que o produto da receita incidente sobre prédios rústicos, bem como 1% da receita do IMI sobre prédios urbanos constitui receita das juntas de freguesia (art. 23.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro). -----

A Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro, na sua redação atual, estabeleceu as taxas do IMI nas seguintes percentagens de variação, as quais deverão ser deliberadas para vigorar em 2015 pela Assembleia Municipal: -----

g) Prédios rústicos – 0,8%; -----

h) Prédios urbanos – 0,5% a 0,8%; -----

i) Prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI – 0,3% a 0,5%. -----

No sentido de aferir o impacto da taxa a aplicar no total da receita a arrecadar de IMI, efetuou-se uma projeção da receita tendo como base de cálculo informação disponibilizada no portal das finanças relativa à coleta de 2014. Para o efeito consideraram-se 5 cenários: ---

Cenário 1 -----

g) Prédios rústicos – 0,8%; -----

h) Prédios urbanos – 0,6%; -----

i) Prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI – 0,30%. -----

Cenário 2 -----

g) Prédios rústicos – 0,8%; -----





# CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 20/2014 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 11-09-2014

h) Prédios urbanos – 0,6%; -----

i) Prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI – 0,35%. -----

Cenário 3 -----

m) Prédios rústicos – 0,8%; -----

n) Prédios urbanos – 0,6%; -----

o) Prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI – 0,40%. -----

Cenário 4 -----

p) Prédios rústicos – 0,8%; -----

q) Prédios urbanos – 0,6%; -----

r) Prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI – 0,45%. -----

Cenário 5 -----

g) Prédios rústicos – 0,8%; -----

h) Prédios urbanos – 0,6%; -----

i) Prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI – 0,50%. -----

No essencial, e atendendo a que a taxa referente aos prédios rústicos é fixa, considerou-se uma variação no intervalo permitido para a taxa de prédios urbanos avaliados nos termos do IMI (os prédios enquadrados na alínea b) são residuais, uma vez que a maioria se encontra avaliada). -----

Os resultados são os seguintes: -----

## PROJEÇÃO IMI Orçamento de 2015

			CONSTÂNCIA	MONTALVO	SANTA MARGARIDA	TOTAL	DFERENÇA (Taxa "x" - 0,3%)
Cenário 1	Prédios rústicos	0,80%					
	Prédios urbanos	0,60%	96.867,20	105.560,32	82.877,66	285.305,18	
	Prédios urbanos avaliados	0,30%					
	Receita Freguesia		2.049,58	2.889,99	4.015,87	8.955,45	
	Receita Município		94.817,62	102.670,33	78.861,79	276.349,73	

Cenário 2	Prédios rústicos	0,80%					
	Prédios urbanos	0,60%	114.814,54	127.483,06	96.710,47	339.008,07	53.702,89
	Prédios urbanos avaliados	0,35%					
	Receita Freguesia		2.229,14	3.109,02	4.154,16	9.492,32	536,87



# CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 20/2014 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 11-09-2014

	Receita Município		112.585,40	124.374,04	92.556,31	329.515,75	<b>53.166,02</b>
--	-------------------	--	------------	------------	-----------	------------	------------------

Cenário 3	Prédios rústicos	0,80%					
	Prédios urbanos	0,60%	131.020,32	145.415,56	110.031,67	386.467,56	101.162,38
	Prédios urbanos avaliados	0,40%					
	Receita Freguesia		2.391,19	3.288,35	4.287,37	9.966,92	1.011,47
	Receita Município		128.629,13	142.127,21	105.744,31	376.500,64	<b>100.150,91</b>

Cenário 4	Prédios rústicos	0,80%					
	Prédios urbanos	0,60%	147.226,10	163.348,05	123.414,64	433.988,80	148.683,62
	Prédios urbanos avaliados	0,45%					
	Receita Freguesia		2.553,25	3.467,67	4.421,20	10.442,13	1.486,68
	Receita Município		144.672,85	159.880,38	118.993,44	423.546,66	<b>147.196,93</b>

Cenário 5	Prédios rústicos	0,80%					
	Prédios urbanos	0,60%	163.431,88	181.280,55	136.728,13	481.440,56	196.135,38
	Prédios urbanos avaliados	0,50%					
	Receita Freguesia		2.715,31	3.647,00	4.554,34	10.916,65	1.961,20
	Receita Município		160.716,58	177.633,55	132.173,79	470.523,92	<b>194.174,19</b>

## Derrama -----

Atendendo ao disposto no art. 14.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, o produto da cobrança de derramas lançadas nos termos do art. 18.º constitui uma receita municipal. -----

O supracitado art. 18.º estipula, no seu n.º 1, o seguinte: -----

“Os municípios podem deliberar lançar anualmente uma derrama, até ao limite máximo de 1,5%, sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento de pessoas coletivas (IRC), que corresponda à proporção do rendimento gerado na sua área geográfica por sujeitos passivos residentes em território português que exerçam, a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e não residentes com estabelecimento estável nesse território.” -----

A título informativo, em 2013 foi deliberada a taxa de derrama de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento, o que correspondeu a uma cobrança deste imposto na ordem dos 185.000,00€. -----

## 11. Imposto sobre o rendimento de pessoas singulares (IRS) -----





## CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 20/2014 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 11-09-2014

Nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 25.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, conjugado com art. 26.º da mesma Lei, o município tem direito, em cada ano, a uma participação variável até 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior. -----

Nos termos dos n.ºs 2 e 3 do art. 26.º da referida Lei, a participação referida depende da deliberação sobre a percentagem de IRS pretendida pelo município, a qual deverá ser comunicada à Autoridade Tributária até 31 de dezembro do ano a que respeitam os rendimentos. -----

Para 2014, foi aprovada a participação variável máxima, o que equivale a uma receita mensal via transferência do Orçamento de Estado de 8.731,00€, perfazendo um valor anual na ordem dos 105.000,00€. -----

### **12. Taxa municipal de direitos de passagem (TMDP) -----**

Nos termos do n.º 2 do art. 106.º da Lei n.º 5/2004, de 10 de Fevereiro, “os direitos e encargos relativos à implantação, passagem e atravessamento de sistemas, equipamentos e demais recursos das empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, dos domínios público e privado municipal podem dar origem ao estabelecimento de uma taxa municipal de direitos de passagem – TMDP –, a qual obedece, sumariamente, aos seguintes princípios: -----

- e) É determinada com base na aplicação de um percentual sobre cada fatura emitida pelas empresas que detêm esse tipo de serviço; -----
- f) O percentual referido na alínea anterior é aprovado anualmente por cada município até ao fim do mês de Dezembro do ano anterior a que se destina a sua vigência e não pode ultrapassar os 0,25%. -----

Para o ano de 2014 foi fixada uma taxa de 0.25%, o que correspondeu a uma execução de receita de 637,11€, considerando o período de 01/01/2014 a 31/08/2014.” -----

**PROPOSTA DA SENHORA PRESIDENTE DA CÂMARA: “LANÇAMENTO DE DERRAMA SOBRE O LUCRO TRIBUTÁVEL SUJEITO E NÃO ISENTO DE IRC, RELATIVAMENTE AO RENDIMENTO GERADO NA ÁREA DO MUNICÍPIO, COM REFERÊNCIA AO ANO DE 2014 E A APLICAR EM 2015:** Atendendo ao disposto no art. 14º da Lei nº 73/2013, de 03 de setembro, o produto da cobrança de derramas lançadas nos termos do art. 18º da referida lei, constitui uma receita municipal.-----

O supracitado art. 18º estipula no seu nº 1, o seguinte:-----

“Os municípios podem deliberar lançar anualmente uma derrama, até ao limite máximo de 1,5%, sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento de pessoas





## CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 20/2014 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 11-09-2014

coletivas (IRC), que corresponda à proporção do rendimento gerado na sua área geográfica por sujeitos passivos residentes em território português que exerçam, a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e não residentes com estabelecimento estável nesse território.”-----

Nestes termos, **PROPÕE-SE** que a Câmara Municipal proceda ao lançamento de derrama no montante de 1,5% (um virgula cinco por cento) sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC), relativamente ao rendimento gerado na área do Município de Constância, com referência ao ano de 2014 (dois mil e catorze) e a aplicar no ano de 2015 (dois mil e quinze)”-----

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada. -----

### **4.5 - TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM (TMDP), PREVISTA NA LEI N.º 5/2001, DE 10 DE FEVEREIRO - PERCENTAGEM A APLICAR NO ANO DE 2015** -----

INFORMAÇÃO N.º 16/2014: “O regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, prevê no seu artigo 14.º como receitas do município, entre outras, o produto da cobrança do **imposto municipal sobre imóveis** (alínea a) do referido artigo), bem como o produto da cobrança de **derramas** lançadas nos termos do art. 18.º (alínea b) do referido artigo). -----

A referida lei prevê, ainda, no âmbito da repartição de recursos públicos entre o Estado e os municípios, que o município receba uma **participação variável de 5% no IRS**, determinada nos termos do art. 26.º, dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, calculada sobre a respetiva coleta líquida das deduções previstas no n.º 1 do art. 78.º do Código do IRS. -----

Para além destas taxas, a Lei n.º 5/2004, de 10 de Fevereiro, que estabelece o regime jurídico aplicável às redes de comunicações eletrónicas e aos recursos e serviços conexos e define as competências da autoridade reguladora nacional neste domínio, prevê a possibilidade do Município cobrar uma **taxa municipal de direitos de passagem (TMDP)**, numa percentagem não superior a 0.25% sobre cada fatura emitida pelas empresas. -----

A competência para a aprovação das taxas identificadas é da Assembleia Municipal, conforme previsto nas alíneas b) e d) do art. 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

### **13. Considerações prévias** -----

Na perspetiva de facilitar a tomada de decisão e a fundamentação da mesma, apresenta-se uma breve análise do impacto das receitas enunciadas no orçamento do município, bem como o cálculo do equilíbrio orçamental à data de 31/08/2014. -----





## CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 20/2014 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 11-09-2014

O quadro seguinte demonstra o peso deste tipo de receitas no total da receita corrente. -----

	Valor previsto	Valor executado (31/08/2014)
Imposto municipal sobre imóveis	276.316,00	208.733,39
Derrama	221.086,00	186.533,91
Participação IRS	104.779,00	69.848,00
Taxa municipal de direitos de passagem	1.018,00	637,11
<b>TOTAL</b>	<b>603.199,00</b>	<b>465.752,41</b>
	Valor previsto	Valor executado (31/08/2014)
Total da receita corrente	4.656.721,36	3.052.916,50
Duodécimos correntes	2.945.533,30	1.997.895,64
Total receita corrente - Duodécimos correntes	1.711.188,06	1.055.020,86
<b>Peso na receita corrente corrigida dos duodécimos correntes</b>	<b>35,25%</b>	<b>44,15%</b>

Se ao total da receita corrente retirarmos o valor dos duodécimos do Orçamento de Estado de carácter corrente, conclui-se que o total das receitas em análise corresponde a cerca de 40% da receita corrente. -----

É inequivocamente uma fonte de receita muito importante para o Município de Constância que mantém uma dependência significativa da receita proveniente do orçamento de estado. --

Quanto ao equilíbrio orçamental, a Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, criou uma nova noção de equilíbrio, estipulando no seu art. 40.º que: -----

*“1 – Os orçamentos das entidades do setor local preveem receitas necessárias para cobrir todas as despesas. -----*

*2 – Sem prejuízo do disposto no número anterior, a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.” -----*

Quer isto dizer que as receitas correntes do Município têm de ser suficientes para acomodar as despesas correntes, bem como as amortizações médias dos empréstimos contratados. -----

O cálculo deste equilíbrio, tendo em conta a execução de Junho a Agosto, apresentada no mapa seguinte, demonstra claramente a necessidade do Município cobrar receita corrente, sob pena de colocar em causa o princípio do equilíbrio orçamental. A título exemplificativo,



# CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 20/2014 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 11-09-2014

um eventual incumprimento do equilíbrio inibiria o recurso do Município à contratação de novos empréstimos bancários. -----

## EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL

Art. 40.º da Lei n.º 73/2013, de 12 de setembro

	Anual (Referência a 31-08-2014)	30-06-2014	31-07-2014	31-08-2014
Despesa total	5.957.533,87	2.301.691,79	2.735.228,04	3.256.644,90
Despesa corrente	4.203.010,35	1.933.537,66	2.320.090,16	2.598.831,05
Despesa de capital	1.754.523,52	368.154,13	415.137,88	657.813,85

Receita Total (Líquida)	5.957.533,87	2.714.007,10	3.171.789,18	3.692.713,11
Receita corrente bruta	4.656.721,36	2.156.451,16	2.569.966,37	3.052.916,50
Receita corrente (Líquida)		2.156.451,16	2.569.966,37	3.052.916,50
Receita de capital (Líquida)	963.566,57	214.531,83	258.798,70	296.772,50
Outras receitas	337.245,94	343.024,11	343.024,11	343.024,11

## Equilíbrio Pocal

	Anual	30-06-2014	31-07-2014	31-08-2014
Receita Total	5.957.533,87	2.714.007,10	3.171.789,18	3.692.713,11
Despesa Total	5.957.533,87	2.301.691,79	2.735.228,04	3.256.644,90
Equilíbrio	-	412.315,31	436.561,14	436.068,21
Desequilíbrio				
Receita Corrente	4.656.721,36	2.156.451,16	2.569.966,37	3.052.916,50
Despesa Capital	1.754.523,52	368.154,13	415.137,88	657.813,85
Equilíbrio	2.902.197,84	1.788.297,03	2.154.828,49	2.395.102,65
Desequilíbrio				

## Equilíbrio art. 40.º Lei 73/2013

	Anual	30-06-2014	31-07-2014	31-08-2014
Receita corrente cobrada bruta	4.656.721,36	2.156.451,16	2.569.966,37	3.052.916,50
Despesa corrente	4.203.010,35	1.933.537,66	2.320.090,16	2.598.831,05
Amortizações médias	316.484,17	316.484,17	316.484,17	316.484,17
Equilíbrio	137.226,84			137.601,28
Desequilíbrio		- 93.570,67	- 66.607,96	





## CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 20/2014 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 11-09-2014

Embora a aferição deste equilíbrio seja efetuado a 31 de Dezembro, a verdade é que não dispõe o Município de uma margem de receita corrente confortável, o que torna inevitável um acompanhamento permanente à execução da receita e da despesa. -----

### 14. Imposto municipal sobre imóveis (IMI) -----

O produto da cobrança do IMI é uma receita municipal, conforme previsto na alínea a) do art. 14.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro. No entanto, não reverte integralmente a favor do município, sendo que o produto da receita incidente sobre prédios rústicos, bem como 1% da receita do IMI sobre prédios urbanos constitui receita das juntas de freguesia (art. 23.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro). -----

A Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro, na sua redação atual, estabeleceu as taxas do IMI nas seguintes percentagens de variação, as quais deverão ser deliberadas para vigorar em 2015 pela Assembleia Municipal: -----

j) Prédios rústicos – 0,8%; -----

k) Prédios urbanos – 0,5% a 0,8%; -----

l) Prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI – 0,3% a 0,5%. -----

No sentido de aferir o impacto da taxa a aplicar no total da receita a arrecadar de IMI, efetuou-se uma projeção da receita tendo como base de cálculo informação disponibilizada no portal das finanças relativa à coleta de 2014. Para o efeito consideraram-se 5 cenários: ---

#### Cenário 1 -----

j) Prédios rústicos – 0,8%; -----

k) Prédios urbanos – 0,6%; -----

l) Prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI – 0,30%. -----

#### Cenário 2 -----

j) Prédios rústicos – 0,8%; -----

k) Prédios urbanos – 0,6%; -----

l) Prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI – 0,35%. -----

#### Cenário 3 -----

s) Prédios rústicos – 0,8%; -----

t) Prédios urbanos – 0,6%; -----

u) Prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI – 0,40%. -----

#### Cenário 4 -----

v) Prédios rústicos – 0,8%; -----

w) Prédios urbanos – 0,6%; -----

x) Prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI – 0,45%. -----



# CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 20/2014 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 11-09-2014

Cenário 5 -----

j) Prédios rústicos – 0,8%; -----

k) Prédios urbanos – 0,6%; -----

l) Prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI – 0,50%. -----

No essencial, e atendendo a que a taxa referente aos prédios rústicos é fixa, considerou-se uma variação no intervalo permitido para a taxa de prédios urbanos avaliados nos termos do IMI (os prédios enquadrados na alínea b) são residuais, uma vez que a maioria se encontra avaliada). -----

Os resultados são os seguintes: -----

PROJEÇÃO IMI Orçamento de 2015								
		CONSTÂNCIA		MONTALVO	SANTA MARGARIDA	TOTAL	DFERENÇA (Taxa "x" - 0,3%)	
Cenário 1	Prédios rústicos	0,80%						
	Prédios urbanos	0,60%	96.867,20	105.560,32	82.877,66	285.305,18		
	Prédios urbanos avaliados	0,30%						
	Receita Freguesia		2.049,58	2.889,99	4.015,87	8.955,45		
	Receita Município		94.817,62	102.670,33	78.861,79	276.349,73		
Cenário 2	Prédios rústicos	0,80%					53.702,89	
	Prédios urbanos	0,60%	114.814,54	127.483,06	96.710,47	339.008,07		
	Prédios urbanos avaliados	0,35%						
	Receita Freguesia		2.229,14	3.109,02	4.154,16	9.492,32	536,87	53.166,02
	Receita Município		112.585,40	124.374,04	92.556,31	329.515,75		
Cenário 3	Prédios rústicos	0,80%					101.162,38	
	Prédios urbanos	0,60%	131.020,32	145.415,56	110.031,67	386.467,56		
	Prédios urbanos avaliados	0,40%						
	Receita Freguesia		2.391,19	3.288,35	4.287,37	9.966,92	1.011,47	100.150,91
	Receita Município		128.629,13	142.127,21	105.744,31	376.500,64		





# CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 20/2014 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 11-09-2014

Cenário 4	Prédios rústicos	0,80%					
	Prédios urbanos	0,60%	147.226,10	163.348,05	123.414,64	433.988,80	148.683,62
	Prédios urbanos avaliados	0,45%					
	Receita Freguesia		2.553,25	3.467,67	4.421,20	10.442,13	1.486,68
	Receita Município		144.672,85	159.880,38	118.993,44	423.546,66	147.196,93

Cenário 5	Prédios rústicos	0,80%					
	Prédios urbanos	0,60%	163.431,88	181.280,55	136.728,13	481.440,56	196.135,38
	Prédios urbanos avaliados	0,50%					
	Receita Freguesia		2.715,31	3.647,00	4.554,34	10.916,65	1.961,20
	Receita Município		160.716,58	177.633,55	132.173,79	470.523,92	194.174,19

## Derrama

Atendendo ao disposto no art. 14.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, o produto da cobrança de derramas lançadas nos termos do art. 18.º constitui uma receita municipal. -----

O supracitado art. 18.º estipula, no seu n.º 1, o seguinte: -----

“Os municípios podem deliberar lançar anualmente uma derrama, até ao limite máximo de 1,5%, sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento de pessoas coletivas (IRC), que corresponda à proporção do rendimento gerado na sua área geográfica por sujeitos passivos residentes em território português que exerçam, a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e não residentes com estabelecimento estável nesse território.” -----

A título informativo, em 2013 foi deliberada a taxa de derrama de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento, o que correspondeu a uma cobrança deste imposto na ordem dos 185.000,00€. -----

## 15. Imposto sobre o rendimento de pessoas singulares (IRS)

Nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 25.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, conjugado com art. 26.º da mesma Lei, o município tem direito, em cada ano, a uma participação variável até 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior. -----

Nos termos dos n.ºs 2 e 3 do art. 26.º da referida Lei, a participação referida depende da deliberação sobre a percentagem de IRS pretendida pelo município, a qual deverá ser comunicada à Autoridade Tributária até 31 de dezembro do ano a que respeitam os rendimentos. -----



## CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 20/2014 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 11-09-2014

Para 2014, foi aprovada a participação variável máxima, o que equivale a uma receita mensal via transferência do Orçamento de Estado de 8.731,00€, perfazendo um valor anual na ordem dos 105.000,00€.

### **16. Taxa municipal de direitos de passagem (TMDP)**

Nos termos do n.º 2 do art. 106.º da Lei n.º 5/2004, de 10 de Fevereiro, “os direitos e encargos relativos à implantação, passagem e atravessamento de sistemas, equipamentos e demais recursos das empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, dos domínios público e privado municipal podem dar origem ao estabelecimento de uma taxa municipal de direitos de passagem – TMDP –, a qual obedece, sumariamente, aos seguintes princípios:

- g) É determinada com base na aplicação de um percentual sobre cada fatura emitida pelas empresas que detêm esse tipo de serviço;
- h) O percentual referido na alínea anterior é aprovado anualmente por cada município até ao fim do mês de Dezembro do ano anterior a que se destina a sua vigência e não pode ultrapassar os 0,25%.

Para o ano de 2014 foi fixada uma taxa de 0,25%, o que correspondeu a uma execução de receita de 637,11€, considerando o período de 01/01/2014 a 31/08/2014.”

**PROPOSTA DA SENHORA PRESIDENTE DA CÂMARA: “TMDP - TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM, PERCENTAGEM A APLICAR NO ANO DE 2015:** Nos termos do n.º2 do art. 106º da Lei nº5/2004, de 10 de fevereiro, «os direitos e encargos relativos à implantação, passagem e atravessamento de sistemas, equipamentos e demais recursos das empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, dos domínios público e privado municipal podem dar origem ao estabelecimento de uma taxa municipal de direitos de passagem – TMDP –, a qual obedece, sumariamente, aos seguintes princípios:

- a) É determinada com base na aplicação de um percentual sobre cada fatura emitida pelas empresas que detêm esse tipo de serviço;
- b) O percentual referido na alínea anterior é aprovado anualmente por cada município até ao fim do mês de dezembro do ano anterior a que se destina a sua vigência e não pode ultrapassar os 0,25%.

Perante isto, e no seguimento do que tem vindo a ser decidido em anos anteriores, **PROPÕE-SE** que a percentagem a aplicar no ano de 2015 na Taxa Municipal de Direitos de Passagem, seja fixada em 0,25% (zero virgula vinte cinco por cento)”.

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada.





## CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 20/2014 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 11-09-2014

### 4.6 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO – CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - AUDITORIA EXTERNA E CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS ----

INFORMAÇÃO: “O Orçamento de Estado para 2014, prevê normas bastante apertadas na área financeira. -----

Considera-se imprescindível o recurso a uma prestação de serviços, com o objetivo de desenvolver os trabalhos na área identificada em epígrafe. -----

De acordo com o estabelecido na alínea b) do ponto 4, do art.º 73º, conjugado com o ponto 10, do mesmo artigo, ambos da Lei 83-C/2013 de 31 de dezembro, carece de parecer prévio vinculativo a celebração ou renovação de contratos de aquisição de serviços, por órgãos abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei 12-A/2008, de 27 de fevereiro, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a contratos de Aquisição de Serviços, e a regular por portaria do membro do governo. -----

Nestes termos e de acordo com o n.º 11 do art.º 73 da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro, nas autarquias locais, este parecer é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do n.º 5, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009. -----

Face ao exposto, verifica-se a necessidade de contratar a prestação de serviços supra identificada. -----

As funções objeto do contrato serão desenvolvidas de forma autónoma e independente, sem qualquer subordinação aos serviços da autarquia. -----

Pelo exposto, a prestação destas funções por recurso a uma modalidade de relação jurídica de emprego público constituída ou a constituir, torna-se inconveniente, pois estas não permitiriam a prestação de um trabalho independente, limitando o âmbito de atuação pretendido. -----

O contrato a celebrar, terá a duração de 36 meses, ficando a adjudicação condicionada, à nomeação da entidade adjudicatária, por parte da Assembleia Municipal. -----

O preço base estabelecido para a presente prestação de serviços é de 30.000,00 €, não havendo lugar à redução remuneratória prevista no artigo 73º da Lei 83 – C / 2013, de 31 de dezembro (LOE). -----

Para efeitos do previsto no artº 38º do Código dos Contratos Públicos, propõe-se, face ao preço base do procedimento, que o procedimento a desenvolver, seja em conformidade com o procedimento autorizado na informação em referência b).” -----

PEDIDO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO – 13/2014 -----



# CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 20/2014 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 11-09-2014

1	<b>IDENTIFICAÇÃO DA U.O. /SERVIÇO<sup>1</sup></b> DIVISÃO MUNICIPAL ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
2	<b>PROCEDIMENTO</b>
2.1	Tipo: <sup>2</sup> AJUSTE DIRETO EM REGIME NORMAL, COM CONVITE A UMA ENTIDADE
2.2	Proc.: CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – AUDITORIA EXTERNA E CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS.
3	<b>CARATERIZAÇÃO DO OBJETO CONTRATUAL</b>
3.1	<input checked="" type="checkbox"/> Nova contratação   Modalidade: <sup>3</sup> PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS <input type="checkbox"/> Renovação de contrato   Data do contrato a renovar: __/__/__   Proc. n.º /
3.2	Descrição do objeto contratual: Informação nº 14/2014 da Chefe da Divisão Municipal Administrativa e Financeira, datada de 02/09/2014.
3.3	Prazo de contratação: 36 meses
3.4	O contrato proposto tem <u>idêntico objeto</u> de contrato vigente em 2013? <input type="checkbox"/> Sim   <input checked="" type="checkbox"/> Não
4	<b>IDENTIFICAÇÃO DAS ENTIDADES A CONVIDAR</b>
4.1	Identificação: <u>ROSA LOPES, GONÇALVES MENDES &amp; ASSOCIADOS, SROC, LDA</u> NIF: <u>503109797</u>
4.2	O contrato proposto integra a <u>mesma contraparte</u> de contrato vigente em 2013? <input type="checkbox"/> Sim   <input checked="" type="checkbox"/> Não
5	<b>CONTRATAÇÃO EXTERNA<sup>4</sup></b>
5.1	Fundamentação da <u>ausência de subordinação</u> jurídica em resultado do contrato e da inconveniência de recurso a qualquer modalidade jurídica de emprego público: O contrato a celebrar, atendendo ao seu objeto, não reveste natureza de trabalho subordinado, sendo inconveniente o recurso a modalidade de relação jurídica de emprego público constituído ou a constituir. O trabalho será realizado durante o período de vigência do contrato a celebrar, de forma autónoma, sem sujeição à

<sup>1</sup> Identificação da U. O. / Serviço proponente

<sup>2</sup> Ajuste direto, ajuste direto com consulta a mais do que uma entidade, concurso público, etc..

<sup>3</sup> Tarefa, avença, prestação de serviços

<sup>4</sup> Aplicável só no caso de contratos de tarefa ou avença – alínea a), n.º 4, art.º 73.º





# CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 20/2014 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 11-09-2014

	disciplina e direção do município, sendo que se torna imprescindível o cumprimento, integral, de toda a legislação respeitante ao objeto da contratação em causa.
5.2	Prova de <u>inexistência de pessoal em SME</u> apto para o exercício das funções:

<b>6</b>	<b>DEMONSTRAÇÃO DA REDUÇÃO REMUNERATÓRIA COM REFERÊNCIA A CONTRATO COM IDÊNTICO OBJETO E/OU CONTRAPARTE VIGENTE EM 2013 (caso tenha existido)<sup>5</sup></b>	
6.1	Valor do contrato anterior:	<input type="checkbox"/> Global <input type="checkbox"/> Mensal <input type="checkbox"/> Unitário <input type="checkbox"/> Outro
6.2	Valor do contrato proposto (IVA INCLUIDO)	<input type="checkbox"/> Global <input type="checkbox"/> Mensal <input type="checkbox"/> Unitário <input type="checkbox"/> Outro
6.3	<input type="checkbox"/> Redução remuneratória a aplicar: _____ % <input type="checkbox"/> Redução remuneratória aplicada por agregação <sup>6</sup> (aplicável sempre que em 2014 a mesma contraparte preste mais de um serviço à C. M.) € _____   Taxa: _____ %	Taxa: 12
6.4	Justificação (com os cálculos respetivos) para a variação sempre que a prova da dedução não resulte diretamente dos valores referidos em 6.1, 6.2 ou 6.3:	

<b>7</b>	<b>FUNDAMENTO DA NÃO SUJEIÇÃO A REDUÇÃO REMUNERATÓRIA</b>	
7.1	<input type="checkbox"/> O contrato não atinge o valor mínimo de €675,00 <sup>7</sup>	
7.2	<input type="checkbox"/> Trata-se de <u>renovação</u> de contrato anterior cuja celebração/renovação já foi objeto da redução e obteve parecer favorável. <sup>8</sup>	
7.3	<input type="checkbox"/> Se tratar de <u>celebração</u> de contrato anterior cuja celebração já foi, em 2012 e em 2013, objeto das reduções, obteve, nos mesmos anos, parecer favorável, e a quantidade a contratar e o valor a pagar não são superiores aos de 2013. <sup>9</sup>	
7.4	<input checked="" type="checkbox"/> Em 2013 não existe contrato com <b>idêntico objeto</b> conhecido, sendo assim materialmente impossível, por falta de valor de referência, determinar o valor da redução. Houve, no entanto, a preocupação de realizar uma prospeção ao	

<sup>5</sup> Cfr. artigo 73.º, n.º 5, al.c).

<sup>6</sup> Cfr. artigo 33º, n.º 2, e 73º, n.º 3.

<sup>7</sup> Cfr. artigos 33º, n.º 1, al. a) e 73º, n.º 1.

<sup>8</sup> Cfr. artigo 73º, n.º 8.

<sup>9</sup> Cfr. artigo 73º, n.º 9.



## CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 20/2014 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 11-09-2014

	mercado e de fixar um preço base de procedimento reduzido em cerca de 12% em relação ao preço que dela resultou.
7.3	<input type="checkbox"/> Outra justificação:

8	<b>COMPROMISSOS PLURIANUAIS<sup>10</sup></b> A contratação está sujeita a autorização para assunção de encargos plurianuais? <input type="checkbox"/> Não. <input checked="" type="checkbox"/> Sim. Autorização Prévia Genérica, aprovada por unanimidade, na sessão ordinária de 13/02/2014, da Assembleia Municipal.
---	---

9	<b>DECLARAÇÃO DE CABIMENTO<sup>11</sup></b> • Ano em curso - o encargo previsto encontra-se cabimentado: . Cl. Orçamental: _____   N.º cabimento: _____ Valor: € _____, 00 Saldo Disponível € _____ • Ano(s) seguinte(s) - encargos previstos para o(s): . 2015 ..... Valor: € _____, 00 . 2016 ..... Valor: € _____ • Encargo total previsto ..... Valor: € _____, 00  O Responsável pela Contabilidade _____
---	---

A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar a aprovação do parecer prévio vinculativo. --

### **4.7 - CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE "AUDITORIA EXTERNA E CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS" - PROPOSTA DE NOMEAÇÃO DE REVISOR OFICIAL DE CONTAS (ROC)** -----

INFORMAÇÃO: "Na sequência do procedimento desenvolvido para a contratação de prestação de serviços de auditoria externa e certificação legal de contas, conforme exigido pelo art. 77.º da Lei n.º 73/2013, de 12 de Setembro, cumre-me informar o seguinte, atenta informação facultada pelo serviço de aprovisionamento: -----

- o A entidade convidada (Rosa Lopes, Gonçalo Mendes & Associados, SROC, Lda.) apresentou a documentação solicitada, no tempo útil concedido para tal; -----

<sup>10</sup> Cfr. artigo 73º, nº 16.

<sup>11</sup> Cfr. artigo 73º, nº 5, al. b)





## CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 20/2014 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 11-09-2014

- o O valor proposto para a prestação do serviço é de 25.200,00€ (vinte e cinco mil e duzentos euros), acrescido do IVA à taxa legal em vigor, para o período de 36 meses; ---
- o Da interpretação da informação prestada, conclui-se que a entidade reúne as condições para ser admitida no procedimento. -----

Mais informo que, de acordo com o n.º 1 do art. 77.º da Lei n.º 73/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal, sob proposta do órgão executivo, nomear de entre os revisores oficiais de contas ou sociedades de revisores oficiais de contas o auditor externo responsável pela revisão legal de contas do Município. -----

Face ao exposto, coloca-se à consideração superior o encaminhamento deste assunto à próxima reunião de câmara, a decorrer no dia 11/09/2014, para que o órgão executivo delibere sobre a proposta apresentada. Se se verificar a aprovação da mesma, a proposta deverá ser submetida a deliberação da Assembleia Municipal a fim de nomear, se assim o entender, a entidade “Rosa Lopes, Gonçalo Mendes & Associados, SROC, Lda.” como responsável pela auditoria externa do Município de Constância.” -----

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de nomeação de revisor oficial de contas (ROC) e submeter à Assembleia Municipal. -----

### **4.8 - CENTRO ESCOLAR DE MONTALVO - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA DESENVOLVIMENTO DE PROCEDIMENTO COM VISTA À CONTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO E DE CONFIRMAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DO INVESTIMENTO** -----

INFORMAÇÃO: “No respeitante à construção do centro escolar de Montalvo, tendo em conta o previsto no contrato de financiamento assinado com o Mais Centro em 11 de Abril de 2014, bem como com a perspetiva de despesa a executar pelo Município de Constância apresentada pela Divisão Municipal de Serviços Técnicos, cumpre-me informar o seguinte: -

1. O valor total do investimento aprovado considerado na candidatura é de 1.263.377,76€. -----
2. Considerando uma taxa de financiamento aprovada de 85%, o valor da comparticipação financeira será de 936.002,96€. -----
3. O valor a suportar através do orçamento municipal será de 327.374,80€. -----
4. A acrescer a este valor, deverão ser consideradas despesas de investimento não enquadradas na candidatura que se relacionam com obras de urbanização, num valor total estimado de 231.000,00€ (218.000,00€ + iva). -----



## CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 20/2014 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 11-09-2014

5. Prevê-se, ainda, um acréscimo do valor final da obra (revisões de preços) de aproximadamente 50.000,00€, atendendo a que a data da proposta apresentada pela empresa adjudicatária está ultrapassada em cerca de 18 meses (data de março de 2013). -----

Assim sendo, prevê-se que o valor da construção do Centro Escolar de Montalvo a suportar através do orçamento municipal ascenda a 608.374,80€ (327.374,80€ + 231.000,00€ + 50.000,00€). -----

Não dispondo o Município de liquidez suficiente para fazer face a esta despesa, manifesta-se como indispensável a contração de um empréstimo de médio e longo prazo. -----

A competência para autorizar a contração de empréstimos é conferida pela alínea f) do art. 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, à Assembleia Municipal. O n.º 4 do citado artigo estabelece que a proposta de autorização apresentada pela Câmara Municipal deverá ser obrigatoriamente acompanhada de informação detalhada sobre as condições propostas por, no mínimo, três instituições de crédito, bem como do mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do município. -----

Quanto ao montante do empréstimo, importa considerar o seguinte: -----

1. A Lei n.º 73/2013, de 12 de setembro, estabelece no seu art. 52.º que a dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no art. 54.º, não pode ultrapassar em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos 3 exercícios anteriores. -----
2. Consultada a DGAL, através da plataforma SIIAL, constata-se que, à data de 30 de Junho de 2014, dispunha o Município de Constância de uma margem disponível para contração de dívida na ordem dos 500.000,00€. -----

Relativamente à margem disponível, ressalva-se o fato da Lei n.º 73/2013, de 12 de setembro, estipular, no seu art. 54.º, que para o limite da dívida do Município devem relevar, em função de determinados critérios, a dívida dos serviços municipalizados e intermunicipalizados, das entidades intermunicipais e entidades associativas, de empresas locais e participadas, das cooperativas e fundações, bem como das entidades de outra natureza relativamente às quais se verifique o controlo ou presunção de controlo por parte do Município. -----

Concretamente para a dívida do Município de Constância relevam as seguintes entidades: ---

- CIMT - Comunidade intermunicipal do Médio Tejo; -----
- ANMP – Associação nacional de municípios portugueses; -----
- APMHC – Associação portuguesa dos municípios com centro histórico; -----





## CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 20/2014 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 11-09-2014

- AMEGA - Associação de municípios de estudo e gestão de água; -----
- ALOGOS – Associação para o desenvolvimento de assessoria e ensaios técnicos; ----
- TAGUS – Associação para o desenvolvimento integrado do Ribatejo interior; -----
- Resitejo – Associação de gestão e tratamento de lixo do Médio Tejo. -----

Do conjunto, a Resitejo é indiscutivelmente a entidade com maior impacto na dívida do Município, contribuindo em cerca de 750.000,00€ para a mesma. -----

Atendendo a que o Centro Escolar de Montalvo consubstancia um investimento cujo valor ultrapassa 10% das despesas de investimento previstas no orçamento do exercício, o n.º 2 do art. 51.º da Lei n.º 73/2013, de 12 de setembro, impõe que, independentemente da sua inclusão no plano plurianual de investimentos, o investimento em causa deva ser submetido a discussão e autorização prévia da Assembleia Municipal. -----

Perante o exposto, coloco à consideração superior o pedido de autorização à Assembleia Municipal, sob proposta do órgão executivo, do seguinte: -----

1. Pedido de autorização para o desenvolvimento do procedimento de contração do empréstimo de médio e longo prazo, nos seguintes termos: -----

Montante do empréstimo – Valor das despesas a suportar pelo orçamento do Município, no limite máximo da capacidade de endividamento apurada à data da consulta ao mercado; -----

Prazo máximo do empréstimo – 20 (vinte) anos; -----

Prazo máximo de utilização do capital – 2 (dois) anos; -----

Carência de capital – Até 2 (dois) anos. -----

2. Pedido de autorização expressa para a execução do investimento, confirmando que nos termos do n.º 2 do art. 51.º da Lei n.º 73/2013, de 12 de setembro, autoriza a realização do investimento plurianual referente ao Centro Escolar de Montalvo e cujo investimento será assegurado por comparticipação comunitária, receitas próprias do município e pela contração de um empréstimo até ao montante máximo da margem disponível prevista no SIIL.” -----

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos na informação e submeter à Assembleia Municipal. -----

### **4.9 - JOSÉ MOREIRA ARAÚJO - CEDÊNCIA DE ESPAÇO** -----

LOCALIZAÇÃO: RUA MACHADO SANTOS N.º 1 -----

INFORMAÇÃO: “O processo em análise diz respeito ao requerimento apresentado pelo Sr. José Moreira Araújo. O requerente tem a pretensão de instalar um “Laboratório do



## CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 20/2014 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 11-09-2014

Cogumelo”, inserido no âmbito da Tese de Mestrado em Gestão de Empresas Familiares e Empreendedorismo, da Escola Superior de Gestão do Instituto Politécnico de Tomar. ----- Foi entregue pelo mesmo o Plano Operacional do modelo de estudo que pretende levar a cabo no “Laboratório do Cogumelo” a instalar pelo próprio, a expensas próprias, no local que o mesmo considerou adequado para o fim a que pretende na Rua Machado Santos N.º1 (Casa Conhecida como “ferro de engomar”, por Trás da Antiga Cadeia), em anexo a proposta da **PROMOÇÃO DO EMPREENDEDORISMO LOCAL NUM MODELO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**, “Laboratório do Cogumelo”. A instalação do projeto, inserido no âmbito da Tese vai ser entregue em meados de Dezembro e com a pretensão de ser defendida no máximo até Janeiro de 2015, entre Janeiro e Fevereiro serão realizadas as devidas correções para entrega definitiva ao Conselho Técnico Científico.

Relativamente à implantação proposta para a realização do “Laboratório do Cogumelo” não se vê inconvenientes na sua aprovação, uma vez que o mesmo só vai melhorar um prédio municipal que se encontra devoluto. O apoio requerido é fundamentalmente para levar a cabo um trabalho académico podendo criar sinergias com agricultores locais já estabelecidos, com o agrupamento de escolas de Constância, nomeadamente com o curso profissional de restauração (cozinha/pastelaria) promover o consumo e comércio de produtos locais. Este projeto prevê, caso lhe seja disponibilizado o espaço, será utilizado até no máximo Março de 2015. -----

Chama-se a atenção do executivo camarário para o facto de estarmos perante um projeto que vai reabilitar um imóvel municipal, com possibilidades de promover o concelho em diversas áreas. -----

Mais se informa que o requerente sendo natural de Braga, de momento presta serviço militar em Tancos como Oficial do exército e procura estabelecer-se na região preferencialmente no Concelho de Constância. -----

Em função do exposto, coloca-se à consideração do executivo camarário o deferimento do mesmo.” -----

A Câmara deliberou, por maioria, aprovar a cedência do espaço, com dois votos contra dos Vereadores do Partido Socialista. -----

Declaração de Voto dos Vereadores do PS: “Os Vereadores do PS não concordam com a cedência daquele espaço para os fins que lhes são apresentados. Existe muita falta de informação em seu entender, no aspeto técnico e descritivo do projeto, como tal, votam contra, pela forma simples e pouco elaborado do mesmo. -----





## CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 20/2014 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 11-09-2014

**4.10 - CONSELHO ECONÓMICO DA PARÓQUIA DE SANTA MARGARIDA:** Carta datada de 27 de agosto de 2014, solicitando a cedência do Centro Escolar de Santa Margarida da Coutada, no dia 7 de setembro, pelas 13 horas, a fim de organizar um Almoço de Homenagem ao Sr. Padre Ilídio Mendonça. -----

**INFORMAÇÃO DO VEREADOR DANIEL MARTINS:** “ Após análise do pedido de cedência de instalações do CESM, pelo Conselho Económico da Paróquia de Santa Margarida da Coutada, no âmbito de um almoço de homenagem ao Sr. Padre Ilídio no dia 07/09/14 e dada a urgência e objeto do mesmo, foi autorizado, bem como o empréstimo de mesas e cadeiras/bancos para apoio à sala de jantar.” -----

A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar a cedência do Centro Escolar de Santa Margarida da Coutada. -----

**4.11 - AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE CONSTÂNCIA:** E-mail datado de 5 de setembro de 2014, solicitando a cedência do Centro Náutico de Constância para o dia 17 de setembro, no período da tarde, a fim de levar a efeito uma apresentação do livro “Ser Bom Aluno – Bora lá”, do Dr. Jorge Rio Cardoso. -----

A Câmara deliberou, por unanimidade, ceder o Centro Náutico de Constância. -----

### -----5. PERÍODO RESERVADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

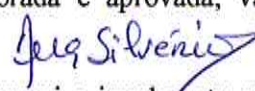
Não se registou nenhuma intervenção do público. -----

### -----6. APROVAÇÃO EM MINUTA-----

Ao abrigo do que dispõe o artigo quinquagésimo sétimo da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta no final da reunião, considerando-se todas as deliberações constantes na mesma, onde não esteja registado expressamente o contrário, aprovadas por unanimidade, por todos os membros presentes. -----

### -----7. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO-----

E não havendo mais nada a tratar a Senhora Presidente declarou encerrada a presente reunião, eram dezassete horas e trinta minutos. -----

Para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente ata, que depois de considerada em conformidade com a minuta previamente elaborada e aprovada, vai ser assinada pela Excelentíssima Senhora Presidente e por mim , Coordenadora Técnica, servindo de Secretária, que redigi, subscrevi e igualmente assino, nos termos do artigo quinquagésimo sétimo da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro. -----



**CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA**  
**ATA N.º 20/2014 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 11-09-2014**

A Presidente da Câmara,

A Coordenadora Técnica,